

Controle E Ufanismo - A Escola Pública No Rio Grande Do Sul (1889/1930)

*Berenice Corsetti**

Resumo

Este trabalho aborda a escola pública rio-grandense, num contexto de modificações sociais e de grande expansão do ensino ocorrido no período de 1889/1930, no Rio Grande do Sul. A expansão do ensino ocorrida foi realizada seguindo as diretrizes da política educacional definida pelos dirigentes republicanos, a partir da qual foi realizada uma organização no setor que configurou a escola pública segundo os interesses que norteavam os líderes positivistas que comandavam o Estado. O controle estabelecido sobre a escola foi condizente com a orientação autoritária e centralizadora que marcou o Estado Gaúcho na Primeira República. A educação ocupou um espaço importante no conjunto das políticas públicas, mas de uma forma que a transformou em instrumento do desenvolvimento econômico conservador levado a cabo pelos dirigentes políticos do período analisado.

Palavras-chave: controle - ufanismo - escola pública.

Abstract

This work deals with the "rio-grandense" public school, in a context of social changes and great expansion of teaching that occurred during the period of 1889/1930 in the State of Rio Grande do Sul. The expansion of de teaching then occurred followed the rules of educational policies defined by the republican government leaders, from which an organization of the sector was made that structured the public school according to the interest that guided the positivists leaders which directed the State. The control established on the school was in accordance with the authoritarian and centralizing process that marked the "gaúcho" State in the First Republic. The education took an important place in the set of public policies, but in a way that changed it in an instrument of conservative economic development carried out by the political leaders of the period under analysis.

Key-words: control - pride - public school.

* Professora de História da Universidade Federal de Santa Maria.

1. Introdução

No período que conhecemos como Primeira República, a sociedade rio-grandense foi alvo de um processo de modernização caracterizado por medidas definidas a partir do Estado gaúcho, que visaram a eliminação das condições que vigoraram até quase final do século XIX, marcadas pelo domínio da oligarquia rural tradicional. A implementação da escola, no âmbito das ações destinadas à expansão do ensino, integrou esse processo.

Controle e Ufanismo - A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1889/1930) caracterizou-se como um estudo de História da Educação que buscou apresentar os nexos de um processo que situou a escola pública no âmbito da política burguesa implementada pelo Estado gaúcho à época. Nesse sentido, procuramos entender a escola pública como integrante de uma organização montada a partir da orientação da política educacional definida pelos dirigentes republicanos de orientação positivista.

O grupo político que assumiu o poder com a República buscou sua sustentação através da proposição de um projeto regional de desenvolvimento que atendesse os diferentes interesses sociais envolvidos. O Partido Republicano Rio-Grandense propôs a solução dos problemas do Estado através de um projeto de modernização justificado a partir do conjunto de idéias elaboradas por Augusto Comte.

A partir dos pressupostos comtianos, foi proposta a construção de uma sociedade racional, distinta da anterior, na qual o controle dos trabalhadores requeria a utilização sistemática da educação moral e da prática do trabalho regular. O esforço educacional era, assim, indispensável à nova ordem. Nesse contexto, a ciência, a educação e a moral se transformaram em poderosos instrumentos de controle social e de veiculação ideológica, de tal forma que fosse garantida a reorientação da sociedade, neutralizando os conflitos e mantendo a estabilidade social, tudo isso em nome do bem comum.

Nesse quadro, o projeto político dos dirigentes positivistas rio-grandenses envolveu a escola pública, nos marcos de uma organização educacional e de uma política do Estado para o setor da educação cujos elementos principais estaremos apresentando neste artigo.

2. A política educacional do Rio Grande do Sul na Primeira República

A política educacional implementada pelos republicanos positivistas, na Primeira República, integrou uma estratégia mais abrangente de ação do Estado, que atuou de forma interventora no âmbito da sociedade,

desenvolvendo uma série de políticas entre as quais teve destaque a relativa à educação, a qual se caracterizou por quatro aspectos, articulados entre si pelos dirigentes do Estado: a intervenção da bancada gaúcha no parlamento nacional, a atuação do governo gaúcho a nível estadual, a mediação com a Igreja Católica e a construção de um imaginário republicano criador da “consciência nacional”.

Em relação ao primeiro aspecto, a articulação da atuação do Rio Grande do Sul a nível nacional foi feita sobretudo por Pinheiro Machado. A bancada gaúcha seguiu rigorosamente o programa do PRR, que no campo educacional previa: liberdade de ensino pela supressão do ensino superior e secundário; liberdade de profissões, pela supressão dos privilégios escolásticos ou académicos; liberdade, laicidade e gratuidade do ensino primário; educação e instrução popular; ensino técnico-profissional.¹

Na prática, a idéia central era a da “liberdade de ensino”, que balizou a atuação da bancada gaúcha no Congresso Nacional, sempre que a questão polêmica da educação foi debatida e deliberada.. Em síntese, foi possível perceber que a bancada gaúcha, através de seu trabalho persistente e coeso no Parlamento Federal, contribuiu significativamente para, por um lado, impedir uma maior ação do Estado Nacional no campo do ensino elementar e secundário e, por outro, garantir esse espaço para a iniciativa privada ampliar sua penetração.

Articulada com essa atuação nacional, a ação do governo gaúcho revelou a utilização da educação como instrumento da política de modernização do Estado, tendo sido marcada por características que resumem a importante intervenção dos dirigentes positivistas em relação ao setor, conforme exposto abaixo:

Expansão do ensino público primário, como ação fundamental do Estado;

Estímulo e apoio, inclusive com verbas públicas, ao ensino técnico-profissional e superior privados;

Nacionalização do ensino, especialmente nas regiões coloniais;

Utilização da escola como instrumento de política de saúde preventiva, através da formação da “consciência sanitária da população”, bem como de assistência social;

Contenção de despesas com a expansão do ensino, através dos mecanismos das subvenções escolares e do envolvimento das municipalidades;

Centralização administrativa e uniformização pedagógica;

Controle pleno do ensino público e liberdade à iniciativa privada;

¹ TAMBARA, E. *Positivismo e Educação - A educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1995. p. 160.

Utilização da escola pública para a formação da mentalidade adequada ao processo de modernização conservadora promovido pelo Estado;

Diferenciação dos saberes, como parte da própria lógica da dominação e da construção do processo de modernização capitalista patrocinado pelos dirigentes republicanos de orientação positivista.

Em paralelo, a política educacional republicana incluiu, através de uma acomodação de interesses, um relacionamento importante entre o PRR e a Igreja Católica que, mesmo não isento de divergências, serviu à concretização dos projetos por eles desenvolvidos. O apoio da Igreja foi elemento relevante no processo de dominação republicana no Rio Grande. Por outro lado, o favorecimento à Igreja, oportunizado pelos republicanos, facilitou a recomposição da posição pretendida pela instituição, que atravessava crise expressiva desde o século XIX, particularmente com a implantação da República e a separação entre o Estado e a Igreja. Enquanto a Igreja solidificava novamente sua força na região, os republicanos obtinham o seu concurso para conquistar apoio político especialmente das populações coloniais e, também, das camadas médias e do proletariado.²

Todavia, essa acomodação não foi simples, tendo sido marcada por conflitos e desavenças. A educação se constituiu em campo permanente de disputa. Particularmente a questão da expansão do ensino, elemento fundamental da política educacional pretendida pelos republicanos, foi aresta difícil de ser aplainada. Desde o início da gestão republicana, a ocupação dos espaços educacionais situou uma disputa permanente entre o público e o privado, especialmente na região colonial, onde a questão da nacionalização do ensino era também da maior relevância, nos marcos da ação política republicana.

Especialmente nas regiões coloniais, o Estado estabeleceu um processo de disputa com a Igreja Católica, no que concerne ao ensino primário. Essas regiões eram fundamentais para o projeto de desenvolvimento dos dirigentes republicanos, que não hesitaram em avançar num terreno em que a Igreja considerava sua absoluta prerrogativa. As desavenças tornavam-se mais acirradas quanto mais se expandia o ensino público. A disputa com a Igreja, no campo do ensino primário, sinalizou que o Estado não abria mão de ser o educador por excelência do trabalhador que o capitalismo necessitava para sua consolidação e pleno desenvolvimento. Não foi por outra razão que o Estado investiu de forma expressiva no ensino primário e foi nesse nível que, no período em estudo

² Sobre o assunto, cf.: GILOLO, J. *Estado, Igreja e Educação no RS da Primeira República*. São Paulo: USP, 1997. Tese Doutorado em História e Filosofia da Educação - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

se concretizou sua preponderância no setor. A Igreja, por seu lado, teve presença predominante no ensino secundário.

A compreensão da política educacional implementada pelos dirigentes gaúchos implica na percepção de outro de seus ângulos, ou seja, a construção do imaginário social que, tendo a escola como instrumento primordial, foi elaborado com a finalidade de projetar os valores indispensáveis à consolidação do modelo capitalista de sociedade, defendido solidamente pelos republicanos positivistas. Esta projeção implicou em dar relevância à construção de uma subjetividade que, em paralelo ao processo concreto de modernização proposto, atuou na direção desejada pelos dirigentes do Estado, ou seja, dar suporte de legitimação e adesão ao projeto que estava sendo implantado.

Nesse sentido, foram utilizados instrumentos e desenvolvida uma ação no sentido de conquistar o imaginário social. Entre os primeiros, destacamos a palavra escrita e falada, os símbolos e os rituais. Em paralelo, a ação mediadora com a Igreja Católica possibilitou a manipulação dos símbolos e sentimentos religiosos, bem ao gosto da perspectiva ideológica do positivismo. Na construção do imaginário republicano, merecem destaque:

o mito da origem - através do qual os republicanos procuraram estabelecer uma versão dos fatos que, desde o início da República, dava legitimidade à fração político-partidária que ascendera ao poder. Colocando-se contra as forças do passado, os positivistas buscavam destruir a oposição liberal. Os acontecimentos, então situados numa versão mitificada da verdade, transmitiam a superioridade do novo momento histórico. As dificuldades atravessadas pelo Rio Grande eram associadas à monarquia e aos liberais, condenados em nome do progresso, o qual foi associado à ditadura republicana, com o apelo a um Executivo forte e intervencionista. Para a construção do imaginário social, a escola foi posta na fala republicana como sua realização fundamental;

o mito do herói - foi utilizado para a construção do imaginário coletivo, com a criação do panteão cívico republicano, destacando as figuras que deviam servir de modelo para a comunidade gaúcha. Nesse sentido, a ação republicana foi em parte articulada com a Igreja Católica. O esforço de transformação dos responsáveis pela proclamação da República em heróis da República foi significativo no Rio Grande do Sul, constituindo um verdadeiro processo de "heroificação" dos dirigentes republicanos;

os rituais - estiveram presente especialmente através das comemorações e festas cívicas destinadas à propaganda eficiente dos valores da modernidade republicana. A escola pública contribuiu eficazmente nessa tarefa. As festas escolares eram verdadeiros rituais

destinados a modelar condutas, não se constituindo em eventos apenas laudatórios das personalidades mitificadas, servindo também para estimular condutas “positivas”, reforçando os comportamentos recomendados com o estímulo de premiações;

os símbolos - tiveram utilização peculiar na construção do imaginário republicano através da escola. A simbologia republicana teve no hino e na bandeira suas duas maiores expressões. Inseridos nos eventos públicos de massa, representavam a identificação instantânea dos valores da República. Representação dos novos tempos, esses dois elementos estavam presentes em todas as solenidades cívicas, complementando com sua presença os rituais desenvolvidos.

Manipulando símbolos e mitos, utilizando-se dos rituais cívicos, os dirigentes gaúchos envolveram particularmente a escola pública para alicerçar os valores indispensáveis à adesão da sociedade ao seu projeto de desenvolvimento do Estado. A política educacional da época, portanto, jogou com a subjetividade inerente ao processo de construção da consciência coletiva, em paralelo ao desenvolvimento bastante objetivo que davam à modernização conservadora do Rio Grande.

3. A Organização Educacional do Rio Grande do Sul na Primeira República

A organização educacional implementada pelos dirigentes republicanos no período que analisamos utilizou diversos instrumentos legais. O primeiro deles foi a Constituição Estadual, que estruturou um Estado autoritário e centralizador. O acúmulo das funções executiva e legislativa pelo presidente do Estado determinava que o Poder Legislativo não existisse autonomamente, restringindo-se, no tocante às suas funções, ao tratamento da questão do orçamento. Dessa forma, ocorria uma enorme concentração de poder nas mãos do Presidente do Estado, além de conferir extrema agilidade ao Poder Executivo, o que sem dúvida possibilitou as ações governamentais ao longo de toda essa fase da República. Assim, tendo por base a centralização do poder articulada pelos republicanos na Carta Magna do Estado, bem como os poderes por ela conferidos, os governantes organizaram o setor público como um todo e particularmente o setor educacional.

Outro instrumento legal colocado pelos dirigentes positivistas a serviço de seu projeto foi o orçamento do Estado. Pelos limites deste artigo, não podemos apresentar os dados quantitativos de que dispomos, apresentando ao leitor apenas as nossas conclusões e remetendo os

interessados ao trabalho mais amplo que realizamos.³ Trabalhamos com os dados da receita e despesa ordinárias do Estado, no período de 1896 a 1929, observando o procedimento adotado pelos governantes gaúchos do período, particularmente em relação à instrução pública, Brigada Militar, saúde pública, justiça e polícia. O que foi possível perceber é que a execução orçamentária determinava a existências de “sobras” de recursos, indicadas pelos saldos, que eram depois aplicados, através das despesas extraordinárias, em setores de interesse do governo.

Portanto, o orçamento público foi utilizado como um dos instrumentos legais manipulados pelo Estado gaúcho, no sentido da implementação de seu projeto de modernização capitalista do Rio Grande. Para tanto, a estratégia de geração de saldos positivos, na execução da despesa autorizada pela Assembléia, na qual foram envolvidos os setores sociais de maior repercussão social, como foi o caso da instrução pública primária, atestou a forma como a intervenção do Estado contribuiu para a sustentação das atividades que poderiam viabilizar a acumulação e reprodução do capital privado. Enquanto o Estado não aplicava todos os recursos aprovados pela Assembléia para a educação primária, outras atividades estavam recebendo recursos públicos, como o ensino técnico-profissional e superior privados, da mesma forma que obras de infraestrutura foram patrocinadas pelo Estado, como os gastos de conservação e reparação de estradas, construção de pontes, dragagens e trabalhos hidráulicos, serviços de terras e colonização, dragagem e balisamento de canais interiores, transporte ferroviário e lacustre, entre outros que sinalizam a importante ação dos republicanos, para criar as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo na região.

Desse modo, a educação pública do Rio Grande do Sul, além de ter sido usada como importante mecanismo de legitimação dos governos republicanos, foi também transformada num instrumento da política econômica desenvolvida pelos dirigentes positivistas do sul do Brasil.

Para a organização educacional rio-grandense, não menos importantes foram os regulamentos e regimentos internos das escolas que, pelo conjunto de determinações que encerraram, possibilitam a percepção da ação governamental num plano muito específico, ou seja, o interior da própria escola. Essa regulamentações expressaram a forma como os elementos integrantes da política educacional do Estado gaúcho, no tocante à escola pública, se realizavam concretamente.

³ Cf.: CORSETTI, B. *Controle e Ufanismo - A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1889/1930)*. Santa Maria: UFSM, 1998. Tese de Doutorado em Educação - Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria. p. 246-283.

Entre os aspectos que os regulamentos e regimentos escolares nos permitiram perceber, destacamos:

a) a perspectiva intervencionista do Estado em relação à educação - ficou evidenciada pelo conjunto de determinações legais impostas à escola pública, que refletiram a prioridade conferida ao Estado enquanto promotor de um projeto de desenvolvimento para o Rio Grande, em detrimento do princípio basilar apregoadado pelos positivistas em relação à educação, ou seja: “ensine quem quiser, onde quiser e como puder”. Essa perspectiva foi extrapolada no contexto gaúcho, onde a intervenção estatal foi acima de tudo o fundamento para uma centralização do poder que atingiu de cheio a escola pública, situando-a num conjunto de determinações que representaram uma verdadeira “camisa-de-força” perceptível na análise da legislação a ela referente;

b) os princípios e os objetivos do ensino - a instrução foi colocada como exigência destinada a possibilitar o mais importante dever do cidadão livre, ou seja, o exercício do voto, sustentáculo para os governos republicanos. O ensino devia ter “um cunho prático, concreto e intuitivo”, compreendendo a educação moral, física e intelectual”;

c) a organização do ensino - traduziu a orientação da política educacional implementada no Estado, marcada pela separação dos saberes. Nesse sentido, ela traduziu o “quantum” era necessário ensinar para que os segmentos populares que freqüentavam a escola pública pudessem viver “inteligentemente”, decorrendo disso a definição do que era possível ensinar às crianças. Essa compreensão fundamentou a “natural” divisão do ensino primário em elementar e complementar. A organização do ensino público caracterizou-se por sua limitação a um tipo de saber que fosse o mínimo indispensável para “educar” uma população subalterna que devia ser retirada das “trevas da ignorância”, mas nos estritos limites de um conhecimento que lhe possibilitasse a sua própria inserção nos quadros da modernidade, como subordinados conscientes de sua situação na hierarquia social. Os dispositivos legais utilizados nesse período espelham a realização de reformas globais do ensino ou, em alguns casos, reformulações parciais que destinaram-se a modificar ou aprimorar alguns aspectos estabelecidos nas regulamentações anteriores;

d) o controle disciplinar - foi perceptível através dos mecanismos estabelecidos para viabilizar o adestramento das crianças e jovens do Rio Grande, para a sua adequação à sociedade pretendida pelos dirigentes do Estado, sociedade esta que para ter progresso, precisava ter ordem. O ajustamento à ordem social, conforme definida no projeto de modernização conservadora do Rio Grande, devia ser preparado sobretudo pela escola pública, razão de sua expansão expressiva nesse momento. Assim, os

aspectos relacionados à disciplina, ao respeito à hierarquia e à autoridade, com controle rigoroso das atividades e o uso produtivo do tempo, bem como os demais valores decorrentes de uma prática com base nesses elementos, constituíram-se em “ingredientes” permanentes do cotidiano escolar. Ganham destaque, nesse plano da análise, as normas e mecanismos disciplinares minuciosamente estabelecidos nos regulamentos e regimentos escolares e que tinham, como seu alvo preferencial, os alunos das escolas públicas rio-grandenses. As escolas tornaram-se espaços de vigilância, de controle, de exaltação e de punição dos sujeitos nelas presentes. Isso significou eficiente “treinamento” dos hábitos necessários à adequação dos indivíduos ao modelo de sociedade que estava sendo construída e onde cada um tinha seu lugar, que devia ser aceito e cujo papel devia ser bem compreendido;

e) a preparação para o mercado - ficou demonstrada através da instituição das caixas escolares nas escolas públicas gaúchas que, além de promover o treinamento para o exercício do voto e para a escolha dos dirigentes, desenvolviam o hábito de auxiliar de forma assistencialista os colegas pobres e, sobretudo, exercitavam a poupança, a prática com aplicações financeiras e com o controle dos recursos aplicados. Apesar de tudo isso ser realizado em nome de elevados princípios da moral e da solidariedade, legitimava-se, como culminância da formação dos alunos, os pressupostos orientadores do sistema capitalista, preparando-se, com mais esse reforço, o trabalhador dos novos tempos. O reconhecimento e aceitação dos diferentes papéis sociais, da pobreza e da riqueza, resultavam “naturalmente” desse processo educativo.

A abordagem da organização social rio-grandense remeteu também à análise de um de seus componentes da maior relevância: a autoridade definida central e verticalmente. A hierarquia e a centralização foram sua marca registrada: a suprema direção do ensino competia ao Presidente do Estado, que a exercia por intermédio do Secretário do Interior e Exterior. Subordinado hierarquicamente a ambas as autoridades estava situado o Inspetor Geral da Instrução Pública, responsável pela imediata direção e inspeção do ensino, do qual dependiam todos os inspetores, os diretores, os professores e demais funcionários do setor. Essa estruturação manteve-se quase inalterada até o final da década de 1920, tendo sido modificada no período de 1911 a 1927, período em que ficou suprimida a Inspetoria Geral da Instrução Pública, tendo sido extinto o cargo de Inspetor Geral. Nessa fase, o serviço foi entregue à Repartição Central da Secretaria do Interior e Exterior, o que provocou uma ainda maior centralização nesses anos.

A organização das atividades de fiscalização de ensino talvez tenha representado, em paralelo com a habilidade demonstrada na manipulação do

orçamento público, o elemento da estrutura educacional rio-grandense onde a criatividade dos republicanos mais se evidenciou. A constituição de um sistema inédito de inspeção escolar caracterizou a experiência educacional dos dirigentes gaúchos, que conseguiram reunir os funcionários do Estado à próprias comunidades, nas tarefas fiscalizadoras do ensino.

Os dirigentes educacionais do Rio Grande criaram conselhos escolares, formados por chefes de famílias que tinham seus filhos nas escolas, os quais desempenharam, gratuitamente, diversas tarefas de fiscalização, atividade que era considerada “de relevante serviço público”. Entre elas estava o acompanhamento do comportamento moral e civil dos professores, o exame da escrituração, matrícula, freqüência e disciplina escolar, o exame do alunos, para verificar seu adiantamento, bem como o atestado mensal do exercício dos professores, para que eles pudessem receber seus vencimentos, entre outros trabalhos. O sistema era complementado com as visitas dos inspetores escolares, cercando a escola de uma vigilância permanente, com economia significativa de recursos.

Esse sistema, marcado igualmente pela centralização administrativa, foi sofrendo aperfeiçoamentos ao longo do período. Os conselhos escolares transformaram-se nas delegacias escolares, que mantinham os membros das comunidades desempenhando atividades não-remuneradas. Os inspetores escolares foram ganhando maior especialização técnica, que se constituiu na inovação estabelecida ao final do período. Esse serviço todo era coordenado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, que reunia, no âmbito da Secretaria do Interior e Exterior, as informações que possibilitavam o mais amplo conhecimento e controle do setor educacional rio-grandense.

A trajetória da inspeção escolar indicou sua adequação aos pressupostos da política educacional republicana. O envolvimento das comunidades possibilitou a redução dos custos financeiros do Estado com o serviço de fiscalização das escolas, possibilitando também uma cooptação política muito comum no período que investigamos. Os funcionários do Estado, encarregados da parte técnica da inspeção faziam parte de um sistema bastante rigoroso e controlado pelas autoridades superiores. Esse serviço foi aperfeiçoado na direção maior definida pela política educacional, que visava formar o homem educado, saudável, produtivo e disciplinado, que interessava ao projeto modernizador dos republicanos rio-grandenses.

4. A Escola Pública Rio-Grandense na Primeira República

A compreensão da escola pública rio-grandense foi procurada, na pesquisa que realizamos, a partir de seus sujeitos, os professores e os alunos, bem como do ensino nela implantado a partir das determinações da

política republicana para o setor da educação gaúcha e dos limites estabelecidos pela organização educacional dela decorrente.

A caracterização do professor gaúcho, na época que estudamos, implicou em tratar de aspectos que demonstraram sua origem social, as condições de seu trabalho, sua situação funcional e salarial, o nível de sua formação, bem como o discurso construído para subordinar esse tipo particular de trabalhador ao projeto republicano de desenvolvimento conservador implementado regionalmente.

O quadro social mais complexo percebido no início da República nos apontou os professores, nas áreas urbanas de maior concentração de população e de serviços, como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, como elementos relacionados com a ampliação dos serviços públicos, basicamente o da educação. Nas zonas coloniais, o surgimento dos professores relacionou-se, segundo tudo parece indicar, com o processo ocorrido nessas regiões no período que investigamos, relacionado com a insuficiência das terras para o sustento das famílias, que tendiam a crescer com o tempo. Isso fez com que uma parcela da população colonial passasse a se dedicar a outras atividades que não as vinculadas ao trato da terra, como foi o caso dos professores dessas regiões. Configurou-se, assim, uma categoria profissional típica desses tempos de transição, cuja inserção social apontou para a constituição de segmentos médios urbanos e rurais relacionados com a maior complexidade da sociedade rio-grandense no período.

Por outro lado, percebeu-se que a Primeira República constituiu-se, segundo tudo indica, no momento histórico em que a mulher, ao ser inserida no mercado capitalista que se consolidava à época, passou a ser a “professora” por excelência. Com o tempo, as mulheres foram assumindo uma maior quantidade de aulas e essa ampliação do trabalho feminino no setor docente nos levou a acreditar que a retirada dos trabalhadores masculinos desse campo deve ter se dado progressivamente ao longo dos anos, situação esta cujo entendimento relacionou-se com a questão salarial.

Mais do que a constatação da situação salarial enfrentada pelos docentes das escolas públicas rio-grandenses, interessou-nos esclarecer a lógica que perpassou a atuação política dos dirigentes republicanos que, em paralelo a um discurso que denunciava sistematicamente a insuficiência gritante dos honorários pagos aos professores, mantiveram a categoria docente como uma das mais aviltadas dentre o funcionalismo público. Essa questão merece uma maior precisão, dada a importância conferida, também a nível do discurso republicano, para o ensino primário, já nesse tempos considerado “prioridade política” governamental.

Os dados empíricos que reunimos, a partir da legislação da época, possibilitaram a percepção de que a situação do professorado era bastante precária, em termos salariais. Além de diferenças internas em relação à própria categoria - como a estabelecida entre professores da zona urbana e das regiões rurais mais do interior -, podemos comprovar que os professores públicos tinham vencimentos inferiores à ampla maioria dos cargos da área educacional e de vários cargos da administração pública. Podemos tomar como exemplo a comparação com o salário do porteiro do gabinete do presidente do Estado, que sempre teve, ao longo de todo o período que consideramos, salários superiores aos dos professores primários de primeira entrância, que eram os professores da maioria das escolas públicas gaúchas, aquelas situadas nas afastadas áreas rurais, onde os alunos só tinham como opção a escola pública.

A análise dos salários do setor público que realizamos nos possibilitou perceber que a perspectiva da política educacional que antes apontamos, ou seja, a realização da expansão do ensino público com custos baixos, a geração sistemática de sobras financeiras na execução do orçamento aprovado para a educação, a diferenciação dos saberes, tiveram assim, na questão salarial, sua correspondência coerente. A desqualificação salarial dos docentes é “histórica”, ocorrendo no Rio Grande do Sul de uma forma que expressou a concepção dos dirigentes republicanos em relação aos professores da mais ampla parcela das escolas gaúchas.

No tocante às condições de trabalho, a situação apresentou um cenário também nada animador, marcada pelas dificuldades enfrentadas pelos docentes em relação aos aluguéis que necessitavam pagar pelas salas onde desenvolviam seus trabalhos, sempre demasiados em relação à quantia que o Estado lhe repassava para tal fim, bem como para a água e o asseio do espaço físico onde funcionavam as escolas. Agregue-se a isto a inexistência, na maioria das escolas, que eram as isoladas, de serviço de secretaria, o que significa dizer que todas as atividades relacionadas com a escrituração da escola, bem como as demais atividades administrativas, tinham de ser feitas pelos próprios professores.

As ações dos dirigentes republicanos, no tocante aos professores públicos, apresentaram maior coerência, no que tange à relação entre o discurso e a prática, nos aspectos vinculados ao controle dos docentes através dos mecanismos da inspeção, bem como à regulamentação funcional através da legislação da época. Para a moralização do professorado gaúcho tão pregada pelos republicanos, foram criados dispositivos legais como os regulamentos e regimentos escolares que, além de estabelecer os seus “direitos e deveres”, fixavam os meios de controle e normatização da ação dos professores. Do concurso público aos processos disciplinares, passando

pelos procedimentos relativos à jubilação e aposentadoria, tudo foi estabelecido pelos gestores do Estado, em relação à vida funcional dos docentes.

Sob o ponto de vista da formação didático-pedagógica dos professores, a questão constituiu-se em elemento problemático, dado que esses professores foram formados pela tradicional Escola Normal de Porto Alegre ou nas Escolas Complementares, tendo tido uma preparação com sérias limitações, especialmente do ponto de vista metodológico. Além disso, o processo de expansão do número de escolas sem a correspondente ampliação dos estabelecimentos destinados à formação de professores, implicou no aproveitamento de numerosos professores interinos, sobretudo nas áreas rurais, o que significou também um empobrecimento qualitativo do trabalho docente.

Em paralelo a tudo isso, desde o início da gestão republicana, percebemos a elaboração de uma fala que insistentemente situou a mulher como ser privilegiado para o exercício do magistério. As dificuldades materiais do magistério tiveram o acompanhamento não da sua solução e, sim, da afirmação da “nobre missão” do professorado, sendo destacado, pelos dirigentes republicanos, a vocação e os valores morais do mesmo. A profissão passou a ganhar o atributo de sacerdócio, dando-se preferência pela mulher para o desempenho da “augusta missão do magistério”. As dificuldades salariais foram, assim, resolvidas com ela nas vagas públicas, com larga vantagem sobre o homem pois, como os elementos empíricos nos permitiram perceber, ela se submetia mais facilmente aos baixos salários, tendo a vantagem, como diziam os dirigentes positivistas, de “dominar pela suavidade”.

Os alunos das escolas públicas rio-grandenses, por seu lado, originaram-se, de uma maneira geral, dos setores subalternos da sociedade e dos segmentos médios. Para eles, a instrução teve, como objetivo central, a preparação para o mundo do trabalho, nos limites das condições sociais que os caracterizavam. No caminho para o ensino técnico-profissional, a escola pública rio-grandense buscou preparar as crianças que a ela chegavam segundo a lógica do capital. Devia prepará-las, portanto, para a atividade produtiva, tanto no lar como no mundo do trabalho. As meninas foram instrumentalizadas nas obras próprias “do sexo”, através dos trabalhos manuais, enquanto os meninos eram orientados para as profissões “mecânicas”.

A simplicidade do processo de formação dos alunos das escolas públicas do Rio Grande contrastou com a elitização promovida pelo Estado, com os auxílios financeiros que concedeu a outras crianças para o aprimoramento de sua educação artística na Europa, do que encontramos

diversos exemplos. Essas crianças eram dotadas de méritos que não haviam sido desenvolvidos nas pequenas escolas isoladas, o que revela o perfil diferenciado socialmente desses alunos, para quem a diferenciação dos saberes se concretizava em possibilidades de ampliação cultural tão distintas.

A compreensão da escola pública do Rio Grande do Sul demandou também o entendimento do ensino e da aprendizagem nela implementados. Para tanto, investigamos as questões relativas às teorias e aos métodos de ensino, aos conteúdos ensinados, ao livro didático e à sala de aula, especialmente a prática didática.

A abordagem das teorias e dos métodos de ensino que vigoraram na escola pública rio-grandense, na Primeira República, demonstrou a tentativa de adoção do positivismo no campo educacional. Essa tentativa foi insistente no sentido de implementar o método empírico da ciência, em substituição aos procedimentos até então adotados a partir da influência da Igreja Católica, cuja visão idealista impunha uma orientação de caráter dedutivista. No entanto, apesar das convicções dos dirigentes republicanos, a realidade educacional apresentou inúmeras dificuldades à consecução de seus objetivos no plano teórico-metodológico. A formação didático-pedagógica dos professores apresentava inúmeras limitações. A solução foi buscada através da imposição de um único método a todas as escolas, dentro da perspectiva de uniformização do ensino gaúcho. Mesmo assim, os testemunhos históricos demonstraram que as dificuldades não foram superadas no período de nosso estudo.

A preocupação com os conteúdos a serem ensinados nas escolas públicas do Rio Grande implicou na estruturação de novos programas escolares. A análise dos programas das escolas elementares de 1899 e 1910 nos permitiu perceber que a tentativa feita pelos dirigentes educacionais rio-grandenses foi a de estruturar os conteúdos programáticos segundo a lógica indutiva. A introdução da perspectiva científica e a eliminação dos elementos metafísicos foram critérios alardeados e, em parte, implementados.

Outra característica que merece ser destacada foi o aspecto doutrinário presente nos conteúdos de instrução moral e cívica. Os conhecimentos previstos eram os que interessavam ao projeto republicano, desde a reafirmação das datas cívicas, dos aspectos relacionados aos deveres dos alunos, das questões relativas aos aspectos políticos como o exercício do voto, a apologia republicana, a importância das leis e dos impostos, da família e da propriedade, enfim, aspectos doutrinários que eram do maior interesse dos positivistas que dirigiam o Estado.

Os conteúdos de ciências físicas e naturais foram vinculados à questão da higiene. Nesse sentido, a orientação adotada indicou a sistemática aplicação dos conhecimentos científicos à problemática da higiene, numa perspectiva que visava a prevenção da saúde. Assim, além de ensinar a escola pública tinha também a tarefa de prevenir a saúde, relacionando ciência e higiene, na tentativa de, por esse meio, conseguir a melhoria da saúde das crianças e jovens, o que poderia influir no melhoramento da raça. Nesse mesmo sentido colocaram-se também os conteúdos de educação física.

A preparação para o mercado esteve nitidamente presente através dos conteúdos das disciplinas de trabalhos manuais, escrituração mercantil e escrituração agropecuária. A valorização da propriedade privada e do capital estiveram presentes como elementos subjacentes desses conteúdos dos programas, evidenciando a intenção de fornecer ao ensino público a orientação pragmática que interessava aos dirigentes do Rio Grande, em função do seu projeto de desenvolvimento econômico do Estado.

Um destaque que deve ser feito relaciona-se com os conteúdos de História, que apresentaram uma orientação que nos possibilita afirmar que essa disciplina foi transformada, pelos governantes do Estado, não apenas em instrumento de manipulação ideológica, pois isso não teria sido prerrogativa exclusiva dos republicanos. Mais do que isso, a história foi utilizada também como forma de mediação do Estado com a Igreja, na medida em que a manutenção do modelo dedutivista de organização do conhecimento histórico possibilitou mais uma acomodação entre as duas instituições. Ou seja, enquanto a Igreja católica passou a reconhecer a importância da ciência empírica, adotando-a em boa parte dos conteúdos que ministrava nas escolas religiosas, no concerne às matérias ditas “científicas”, o Estado gaúcho manteve, nas disciplinas que tinham relação com os valores éticos, morais, sociais e políticos, o mesmo padrão de estruturação que o adotado pela Igreja..

Os livros didáticos aprovados para adoção oficial nas escolas públicas do Rio Grande do Sul constituíram-se em instrumento importante para a concretização, no interior das salas de aula, dos elementos integrantes da política educacional implementada pelos dirigentes positivistas que detinham o poder no Estado gaúcho. Custos baixos, unidade doutrinária e metodológica e preocupação com a formação da consciência sanitária da população, foram características destacadas em relação ao assunto. Principalmente as obras de leitura, geografia, história e canto escolar foram colocados na perspectiva da difusão dos valores que interessavam ao grupo no poder do Rio Grande.

O cotidiano das atividades escolares revelaram que a prática desenvolvida nas instituições escolares do Rio Grande foi marcada por uma relação professor-aluno que, seguindo a estrutura vertical construída pelos republicanos no setor educacional, dava ao mestres a autoridade estabelecida nos regulamentos e regimentos escolares, com as punições bem definidas para o caso dos alunos infratores. Os castigos físicos, apesar de proibidos, continuaram existindo, se bem que gradualmente substituídos pela violência simbólica dos mecanismos de controle disciplinar.

A determinação sistematicamente passada aos professores foi a de que o ensino devia ter um cunho prático e concreto e não abstrato e teórico. Essa perspectiva se chocava com a orientação relacionada a um ensino verbalista, centrado na figura do professor, que deveria “falar o mais possível”. O sistema de perguntas e respostas, tão utilizado à época, estimulava uma aprendizagem centrada na memorização, bem aos moldes do método tradicional.

Os mecanismos de avaliação foram extremamente valorizados no período que analisamos. Os exames escolares e as “sabatinas” foram os principais instrumentos utilizados para a promoção dos alunos. Os elementos que investigamos em relação aos mecanismos de avaliação implementados nas escolas públicas do Rio Grande indicaram que o exercício do poder e a garantia da submissão tiveram, nos mecanismos de avaliação, instrumentos preciosos para a consecução de uma prática autoritária que marcou as instituições escolares do Estado. Essa prática diz bem da estrutura verticalizada e arbitrária que marcou o ensino rio-grandense.

Com as considerações relativas à sala de aula revelou-se que, ao contrário do que apregoavam os líderes republicanos e dirigentes educacionais, em seus discursos ufanistas e apologéticos, a escola pública rio-grandense foi o resultado de um processo que privilegiou não o campo o campo educacional mas o desenvolvimento econômico do Estado, aos moldes capitalistas. As limitações que apontamos nas instituições escolares rio-grandenses foram o resultado da execução de prioridades que não estavam, realmente, centradas na educação gaúcha.

5. Conclusão

Neste artigo procuramos reunir os aspectos mais representativos da investigação que realizamos sobre a escola pública rio-grandense, na Primeira República. Apontamos que a política educacional implementada pelos dirigentes republicanos demonstrou ser de caráter excludente, particularmente marcada pela separação dos saberes que consagrou as diferenças sociais cristalizadas na sociedade gaúcha. Ao lado de

procedimentos de acomodação de interesses utilizados na relação com a Igreja Católica, o privilegiamento da iniciativa privada no campo educacional foi consagrado, particularmente no nível secundário. No ensino técnico-profissional e superior, a abertura à iniciativa privada visou a formação de quadros profissionais que interessavam ao desenvolvimento econômico do Estado.

A escola pública foi elemento estratégico para a nacionalização das populações coloniais, bem como para a difusão dos cuidados com a saúde e a higiene. A expansão do ensino a baixos custos destacou-se como elemento da maior importância da política traçada pelos republicanos para o campo educacional.

Na análise da organização educacional e da própria escola pública, ficou demonstrado o caráter autoritário assumido pelo Estado rio-grandense, no período de nossa análise. Mecanismos de controle e centralização foram estabelecidos para possibilitar o domínio do setor educacional, numa contradição com o princípio da liberdade de ensino.

Por outro lado, a análise do orçamento estadual evidenciou a sua manipulação, com a provocação de saldos artificiais que possibilitaram o deslocamento de recursos para outros setores que interessavam ao governo, em função de seu projeto de desenvolvimento econômico do Rio Grande, o que negou em parte a prioridade conferida ao setor da educação pública, compromisso dos republicanos tão alardeado nas falas oficiais.

A síntese concretizada entre controle e ufanismo na educação pública rio-grandense, com a finalidade de adequar a escola pública ao projeto de desenvolvimento capitalista do Estado gaúcho esteve presente em todo o período que analisamos. Foram ingredientes fortes e contraditórios, que evidenciaram o processo complexo em que esteve inserida a escola pública rio-grandense.

Demonstramos também a situação dos professores públicos, sobretudo os primários. As condições de trabalho e salário negaram terminantemente a prioridade governamental para com a educação primária, além de inviabilizarem a qualificação profissional mais ampla dos próprios docentes. Revelou-se a origem da defasagem salarial estrutural que tem sido enfrentada pelos professores do Estado do Rio Grande do Sul até os dias de hoje. Ao longo do tempo, as falas oficiais têm se repetido, afirmando a melhoria dos salários e o respeito à dignidade do magistério. Desde a época dos positivistas no governo do Estado até os dias atuais, a realidade tem negado essa afirmativa.

A mulher, no mercado capitalista, como professora, revelou o quanto ela foi usada para a manutenção de uma política salarial comprimida, que

levou os homens à busca de novas alternativas profissionais. Teve, portanto, serventia para a política de expansão da educação a baixos custos.

A adoção do positivismo não ocorreu da forma como foi alardeada. Apesar de ter sido adotado na maioria das disciplinas escolares e imposto aos mestres, o conhecimento positivo teve dificuldades em sua aplicação de forma generalizada, nas salas de aula de todo o Rio Grande. Na maioria dos casos, os professores não souberam aplicar plenamente as determinações estabelecidas pelos dirigentes educacionais, para o trato dos conteúdos escolares.

O controle disciplinar imposto aos alunos e as regras a que estava submetida a atividade dos professores demonstrou o quanto o princípio da ordem foi levado às últimas conseqüências nas escolas públicas do Rio Grande e em todo o sistema escolar. Os mecanismos de avaliação foram utilizados para orientar as condutas dos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, demonstrando o quanto o controle dirigiu a escola.

Os conteúdos escolares representaram a síntese que se efetivou. Como antes apontamos, a reorganização curricular e programática possibilitou a adoção de um caráter científico e técnico na estruturação dos conteúdos, o que foi importante para a formação do conjunto de trabalhadores que se faziam necessários para a realidade capitalista que os republicanos desejavam consolidar. Todavia, nas disciplinas que implicavam a formação de valores sociais e políticos, éticos e morais, constatou-se a manutenção das antigas orientações idealistas. Particularmente em relação à história, essa situação ficou evidenciada, significando mais uma forma de acomodação com a Igreja Católica.

Por outro lado, os conteúdos escolares demonstraram o quanto a organização escolar foi ajustada para contribuir para a formação do cidadão dos tempos novos do capitalismo. Essa formação exigiu que a escola, além de ensinar, educasse para a disciplina, para a produtividade e para os cuidados com a saúde. A preparação para o mercado incluiu instrumentos através dos quais os governantes gaúchos prepararam a juventude rio-grandense para a aceitação da lógica do capital.

Assim, ao longo do trabalho que desenvolvemos, foi se configurando uma escola pública que, em relação ao período imperial, teve avanços. A expansão do ensino, a diminuição do analfabetismo e a modificação curricular e programática, representaram os aspectos progressistas da ação republicana, fundamento de um ufanismo que transbordou das falas governamentais como até então não se havia visto no Rio Grande do Sul. Hábeis no discurso, os governantes gaúchos foram excelentes propagandistas de seus próprios feitos. Por outro lado, verificamos a negação do avanço, representada pelo conteúdo da política e da organização

educacionais, que constituíram uma escola pública que, por tudo que foi explicitado, se transformou num instrumento importante do projeto conservador, modernizante, elitista e excludente dos líderes positivistas rio-grandenses.